

IRMANDADE
DOS CLÉRIGOS



IRMANDADE
DOS
CLÉRIGOS
ESTATUTOS

APROVADOS EM ASSEMBLEIA GERAL
DA IRMANDADE DOS CLÉRIGOS EM 12-3-1940



IRMANDADE
DOS
CLÉRIGOS

IRMANDADE DOS
CLÉRIGOS

ESTATUTOS

IRMANDADE
DOS
CLÉRIGOS

Aprovados em Assembleia Geral da Irmandade dos
Clérigos em 12/3/1940

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - Instituição e Fins	Página 3
CAPÍTULO II - Das Categorias de Irmãos	4
CAPÍTULO III - Dos Direitos e obrigações dos Irmãos	7
CAPÍTULO IV - Da Mesa	10
CAPÍTULO V - Da Assembleia Geral	14
CAPÍTULO VI - Das Penas	15
CAPÍTULO VII - Da aprovação destes Estatutos .	15
CAPÍTULO VIII - Da nomeação do Capelão e do Pessoal do Culto	15
CAPÍTULO IX - Do Côro	16

£ £ £

& / § § § § / &

£ £ £

CAPÍTULO I

Instituição e Fins

Artº 1º - A Irmandade dos Clérigos, fundada em 1642, com a sua sede na Igreja dos Clérigos, cidade do Porto, decide, em Assembleia Geral de Seus Irmãos reformar os seus estatutos de harmonia com as normas dadas pelos Venerandos Prelados de Portugal, consignadas no novo Regulamento das Associações Religiosas dos Fiéis. Declara, inicialmente, que reconhece expressamente e se compromete a acatar e observar tudo quanto as leis canónicas dispõem a respeito das Associações Religiosas dos Fiéis, especialmente o que se acha previsto no Código de Direito Canónico, Concílio Plenário, Regulamento citado, bem assim em quaisquer regulamentos, instruções e ordens legítimas emanadas do Ordinário da Diocese, reconhecendo, mesmo nos actos de Administração temporal, a sua autoridade.

Artº 2º - Os fins desta Irmandade são os seguintes:

1º Promover a união, cada vez mais íntima, entre o Clero desta Diocese do Porto, oferecendo-lhe valiosos auxílios espirituais para conservar e fomentar o espírito eclesiástico durante a vida, e sufrágios após a morte (Conc. Pl., Dec. 14).

2º Socorrer, materialmente, os sacerdotes na doença e invalidez esforçando-se por criar obras hos-

pitalares, colónias de férias e repouso e similares.

3ª Promover, com todo o cuidado, a manutenção e esplendor do culto católico, desenvolvendo, especialmente, a devoção aos seus inclitos Padroeiros: S. Filipe de Néry e a Agregação do Santíssimo Sacramento.

§ único - Consideram-se, por isso obrigatórias as festividades da Padroeira, a 15 de Agosto, S. Pedro, a das quarenta horas do Domingo da Quinquagésima e dois dias seguintes, a Adoração Mensal e Sagrado Lauspere-ne, aos Sábados, o Tríduo e Festa do Santíssimo Sacramento, Semana Santa e, se houver verba, os sermões da Quaresma;

4ª Se os recursos da Irmandade o permitirem, sustentará uma Bolsa de Estudos no Seminário;

5ª Orar pela Acção Católica Portuguesa, fazer conhecer a sua excelência e vantagens e auxiliá-la, especialmente, desenvolvendo na sua Igreja a Obra dos Cruzados de Fátima.

CAPÍTULO II

Das Categorias de Irmãos

Artº 3º - Terá esta Irmandade uma dupla categoria de Irmãos: efectivos e auxiliares.

Poderão ser admitidos como efectivos os sacerdotes no legítimo uso das suas faculdades canónicas. Consideram-se auxiliares as pessoas de ambos os se-

xos, com mais de desasseis anos de idade, que, atenta a sua probidade moral e dedicação pelas obras de culto católico, se prontifiquem a auxiliar a Irmãnda de quer no desenvolvimento do culto, quer nas obras de assistência material.

§ único - Só os Irmãos efectivos são elegíveis para os diversos cargos da Mesa.

Artº 4º - Pelo próprio direito comum da Igreja (Can.693,§1), não podem ser admitidos como Irmãos validamente:

1º Os que não forem católicos;

2º Os que estiverem filiados em alguma associação ou seita condenada pela Igreja;

3º Os que estiverem notoriamente excomungados, suspensos ou interditos;

4º Os que forem, à face da moral cristã, considerados como pecadores públicos;

5º Os que desdenham ou nofam dos dogmas da Fé ou da disciplina da Igreja, ou Clero ou culto católico, bem assim os que notória e habitualmente são omisso no cumprimento do dever pascal (Conc.Plenário, Nº 150);

6º Os que não tenham bom comportamento moral e religioso, nem os que não hajam dado provas de zelo e piedade na sua vida religiosa;

7º Os sacerdotes que, não sendo doentes, não

exercem as Ordens, embora não tenham sido suspensos pelos seus Superiores.

Artº 5º - O documento comprovativo da dignidade do candidato há-de ser passado pelo Pároco respectivo, quanto aos sócios auxiliares, e pelo Pároco ou Câmara Eclesiástica aos efectivos.

Artº 6º - Se algum irmão abjurar a religião católica ou vier a filiar-se em alguma associação ou seita condenada pela Igreja, ou incorrer notoriamente em alguma censura eclesiástica (excomunhão, suspensão ou interdito) ou se tornar pecador público, depois de haver sido previamente avisado, será expulso da Irmandade (Can. 676, §2).

§ 1º Se o irmão expulso julgar injusta a pena, assiste-lhe o direito de recorrer para o Prelado (Ibiden).

§ 2º Dando-se algum dos casos mencionados neste artigo e bem assim o caso previsto no nº7 do Artº4º, por força destes Estatutos, fica o irmão, ipso facto, privado do direito de tomar parte em qualquer reunião da Irmandade e, se fizer parte na Mesa da Irmandade, fica também, ipso facto, afastado do seu cargo.

Artº 7º - Tendo sido expulso qualquer irmão por algum dos motivos referidos no artigo anterior, para que possa ser readmitido, terá de provar, por documento passado pelo Pároco ou Câmara Eclesiástica, que

cessou a causa da sua expulsão e de obter licença, por escrito, do Prelado da Diocese, para a sua readmissão.

Artº 8º - Havendo causa justa, pode o Prelado da Diocese decretar a expulsão de qualquer Irmão (Can. 696, §§ 1º e 2º).

Artº 9º - Entre os Irmãos, tanto efectivos como auxiliares, serão considerados como beneméritos os que se tornarem tais, a juízo da Mesa, por auxílios ou serviços prestados a esta Irmandade.

Artº 10º - A insígnia ou hábito dos Irmãos efectivos é o próprio hábito coral, e a dos auxiliares, uma medalha tendo dum lado a imagem de Nossa Senhora da Assunção e do outro lado a de S. Pedro, ligada a um laço branco e anarelo.

CAPÍTULO III

Dos direitos e obrigações dos Irmãos

Artº 11º - Cada irmão tanto efectivo como auxiliar tem direito:

1º A participar em muitos privilégios e graças espirituais concedidas a esta Irmandade, merecendo especial relevo o de todas as Missas celebradas pelos irmãos defuntos se considerarem privilegiadas;

2º A um diploma que comprove a sua admissão na

Irmandade;

3º Aos sinais no sino grande no dia da sua morte;

4º A assistência da Mesa e mais Irmãos nos ofícios e resposos fúnebres por sua alma, quando sejam na Igreja da Irmandade;

5º A participar do fruto de uma Missa celebrada aos domingos, aplicada por vivos e defuntos;

6º As orações de todos os irmãos sacerdotes que celebrarem Missa na Igreja da Irmandade, quando algum irmão esteja em perigo de vida, para que Deus lhe conceda o melhor meio de salvação;

7º Aos sufrágios do Aniversário que se fazem por todos os irmãos defuntos a 5 de Novembro ou 1 de Dezembro;

8º A serem visitados na doença, promovendo-se a recepção dos Sacramentos e auxílio material, segundo as possibilidades da Irmandade.

Artº 12º - Os Irmãos efectivos têm direito:

1º A votar e ser votados para os diferentes cargos da Mesa, uma vez que estejam no uso das suas faculdades e o Ex.mo Prelado os julgar idóneos para o exercício de tal cargo;

2º A ter voto nas Assembleias Gerais;

3º A examinar os livros das contas.

Artº 13º - Cada Irmão efectivo é obrigado:

1º A rezar, semanalmente, um responso pelos Ir-

mãos defuntos;

2º A confessar-se, ao menos, quinzenalmente;

3º A incorporar-se com os hábitos corais nas festas de Nossa Senhora da Assunção, S. Pedro, Aniversário dos Irmãos;

4º Velar por que os Irmãos mais próximos recebam os últimos sacramentos e sejam assistidos espiritual e materialmente na doença;

5º A pagar a joia de 30\$00.

Artº 14º - Cada Irmão auxiliar é obrigado:

1º A rezar, semanalmente, 5 Pai-Nossos, Avé-Marias e Glórias, pelos Irmãos vivos e defuntos;

2º A confessar-se frequentemente, muito especialmente no dia do Lausperene mensal e festas dos Padroeiros;

3º A assistir aos funerais ou resposos dos Irmãos quando celebrados na Igreja da Irmandade e a acompanhá-los, se for possível, ao cemitério;

4º A pagar a joia de 20\$00 ou prestação de serviços correspondentes;

Artº 15º - Logo que a Irmandade possa ter obras de assistência material, todos os Irmãos têm direito a participar nelas, mediante um regulamento especial.

CAPÍTULO IV

Da Mesa

Artº 16º - Esta Irmandade é administrada por uma Mesa, eleita pela Assembleia Geral e formada por Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro, 3 vogais e 3 suplentes.

§ 1º O Presidente será sempre o Ex.mo Prelado da Diocese;

§ 2º O Vice-Presidente exercerá, durante o seu mandato, o munus de Director da Irmandade com todos os direitos e privilégios que lhe concede o Código de Direito Canónico, nomeadamente o Cân.698 e seguintes, e exercerá todas as funções que por direito ou em força destes Estatutos competem ao Presidente, na sua ausência.

§ 3º O Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro, são substituídos nos seus impedimentos pelos vogais e estes pelos suplentes mais votados.

Artº 17º - Conforme o Direito (Can.715, §1º) pertence ao Prelado da Diocese confirmar os Mesários e empregados eleitos, se forem idóneos, bem assim rejeitá-los ou destitui-los se o não forem.

Artº 18º - Depois da eleição, o Vice-Presidente mandará ao Prelado, no prazo de 8 dias, cópia autêntica da acta da mesma eleição, com a informação sua

dos eleitos. Se o Prelado os rejeitar todos ou alguns dos eleitos, proceder-se-á a nova eleição para as vagas e novamente se solicitará a aprovação do Prelado, e assim por diante, até que se tenha completado o número dos membros da Mesa.

Artº 19º - Depois da aprovação do Prelado será afixada no átrio da entrada para a Igreja da Irmandade uma relação dos nomes que constituem a Mesa, a qual deve ser assinada pelo Vice-Presidente.

Artº 20º - O mandato da Mesa dura 3 anos.

Artº 21º - A Mesa terá as reuniões que forem julgadas necessárias pelo Presidente ou Vice-Presidente, ou requerida por 15 Irmãos, que indiquem o motivo da reunião.

Artº 22º - Pertence à Mesa:

1º Admitir Irmãos e expulsá-los, conforme estes Estatutos;

2º Aplicar outras penalidades;

3º Administrar os bens da Irmandade;

4º Organizar por "anos económicos" os orçamentos, tanto ordinários como suplementares, assim como as respectivas contas;

5º Fazer os regulamentos necessários para o bom funcionamento da Irmandade;

Artº 23º - Todos os anos, o Vice-Presidente deve prestar contas ao Ordinário da Administração dos bens

da Irmandade de harmonia com os Orçamentos previamente aprovados.

§ 1º O orçamento ordinário para o ano seguinte deve ser apresentado na Cúria Diocesana até 15 de Novembro e as contas relativas ao ano anterior até ao fim do mês de Abril (C.D.C., Cans. 691 §1º, 1525 §2º e Reg.Geral, Artº 66 a 78 e 92 a 97).

§ 2º Por ocasião da prestação de contas declarará o Vice-Presidente da Irmandade, se as almas dos Irmãos falecidos foram sufragadas, de harmonia com os Estatutos, e se foram cumpridos todos os outros legados pios ou quaisquer outros onus, que a Irmandade esteja obrigada a cumprir.

§ 3º Tanto as contas como os orçamentos e a declaração de que fala o § anterior serão sempre acompanhados de informação do Director dizendo que examinou, pessoalmente, todos os livros da Irmandade e em que está em ordem a escrita.

§ 4º Por absoluta falta de recursos, e atendendo à desvalorização da moeda portuguesa, esta Irmandade fica exonerada do cumprimento de todos os encargos impostos por antigos legados e de todos os sufrágios a que pelos Estatutos era obrigada, excepto os que constam dos presentes Estatutos.

Artº 24º - O Presidente, ou na sua falta o Vice-Presidente, é o chefe da Irmandade. Compete-lhe re-

presentá-la, convocar a Mesa e a Assembleia Geral, presidir às sessões, ordenar o pagamento das despesas e superintender em todos os serviços da mesma Irmandade.

1º Oficiar e celebrar em todas as festividades, quando o possa fazer, e designadamente nas festas da Padroeira e Semana Santa;

2º Velar por que os Irmãos sejam visitados e socorridos, material e espiritualmente, na doença e convidar os Irmãos para os funerais que se realizem na Igreja da Irmandade.

Artº 25º - Compete ao Secretário:

1º Fazer a escrituração da Irmandade;

2º Não permitir a saída de livros ou quaisquer outros documentos, sem licença expressa da Mesa;

3º Fazer os convites para as reuniões, publicar os respectivos editais e facultar aos Irmãos o exame dos orçamentos e contas, quando lhe for razoavelmente pedido.

§ único - Para o desempenho desta função, a Mesa pode conceder-lhe um cartonário que vencerá uma gratificação.

Artº 26º - Pertence ao Tesoureiro arrecadar as receitas da Irmandade e fazer os pagamentos autorizados pelo Vice-Presidente.

CAPÍTULO V

Da Assembleia Geral

Artº 27º - A Assembleia Geral é formada pela reunião dos Irmãos efectivos.

§ único - Para deliberar validamente deve estar presente a maioria dos Irmãos. Não estando presente essa maioria, far-se-á segunda convocação para daí a oito dias, e, então se delibera com qualquer número de Irmãos.

Artº 28º - A Assembleia Geral deve reunir para a eleição da Mesa, na primeira semana de Dezembro, tomando posse na primeira semana de Janeiro; quando, para isso, fôr convocada pelo Presidente ou Vice-Presidente ou fôr exigida por 15 Irmãos, indicando o assunto.

§ único - A convocação deve ser feita mediante anúncio nos jornais da cidade e semanário Diocesano ou por Circular dirigida a cada Irmão.

Artº 29º - As Assembleias Gerais são presididas pelo Presidente ou Vice-Presidente ou, na sua ausência, pelo membro da Mesa mais categorizado, aí presente.

Artº 30º - As actas da Assembleia Geral serão escrituradas pelo Secretário da Mesa que também o será da Assembleia Geral.

CAPÍTULO VI

Das Penas

Artº 31º - Nenhum Irmão elegível pode escusar-se de servir o cargo para que for eleito, excepto se provar impossibilidade, ou tiver servido a Irmandade na Gerência anterior; Fora deste caso pode ser expulso da Irmandade.

CAPÍTULO VII

Da aprovação destes Estatutos

Artº 32º - De harmonia com as leis canónicas (Cânone 689), serão estes Estatutos sujeitos à aprovação da Autoridade Eclesiástica, não podendo, depois de aprovados, ser alterados sem autorização da mesma, à qual se recorrerá também nos casos omissos.

§ único - Estes Estatutos serão assinados por 20 (vinte) Irmãos.

CAPÍTULO VIII

Da nomeação do Capelão e do Pessoal do Culto

Artº 33º - A nomeação e demissão do Capelão, por direito, são reservadas ao Prelado da Diocese (Cânone 698, §§ 1-3).

Artº 34º - A nomeação e demissão do Sacristão e demais pessoal empregado no culto da Igreja, e bem assim a direcção do serviço religioso, são da competência do Director da Irmandade, ouvido o Capelão e a Mesa nos casos previstos no Cãnone 1185 e artigos 20 a 25 e 39 do Novo Regulamento das Associações Religiosas dos Fiéis.

CAPÍTULO IX

Do Côro

Artº 35º - Por falta de Irmãos clérigos, residentes na cidade do Porto, e ainda pela razão de não haver verba disponível, considera-se extinto o Côro da nossa Irmandade, obtida a necessária sanação, até que seja possível reorganizá-lo.

NOTA: O Côro da Irmandade dos Clérigos foi instituído por um legado de António Rodrigues Souto, aprovado por Real Decreto de 19 de Abril de 1762, e mais tarde, reformado, por não poder continuar com os primitivos encargos, por concessão da Nunciatura de 11-7-1903 e autorização do Governo de 24-8-1903.

Artº 36º - Estes Estatutos, depois de aprovados, revogam o disposto em todos os anteriores e entram imediatamente em vigor.

Aprovados em Assembleia Geral a 12-3-1940.



IRMANDADE
DOS
CLÉRIGOS



IRMANDADE DOS CLÉRIGOS

IRMANDADE DOS CLÉRIGOS, 1750-1800
MUSEU DO PALEIOLEOLÍTICO E DO NEOLÍTICO